

CARTA ÀS CANDIDATAS E AOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO RIO GRANDE DO SUL

O **Fórum de Entidades em Defesa do Patrimônio Cultural Brasileiro – Núcleo Estadual do Rio Grande do Sul**, composto por diversas organizações dedicadas à preservação da história, manifesta profunda preocupação com os impactos da enchente de maio de 2024 em Porto Alegre. O evento causou graves danos ao patrimônio histórico da cidade, deixando importantes edificações submersas por dias. Além das perdas materiais, a memória coletiva também foi significativamente afetada.

Esse evento expôs a fragilidade das políticas municipais de proteção ao patrimônio cultural, frequentemente ameaçado pela especulação imobiliária e demolições. Diante disso, o **Fórum apresenta às candidatas e aos candidatos às eleições municipais de 2024** propostas para garantir a preservação e valorização da memória e identidade histórica da cidade para as futuras gerações.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E ESPAÇOS CULTURAIS

1. Não a privatização do patrimônio e espaços culturais.

- Os espaços culturais, criados com recursos públicos, devem permanecer a serviço do bem comum, mantendo sua função social e cultural, sem serem entregues a interesses privados.

2. Programa de manutenção e recuperação de prédios de propriedade do município.

- Estabelecer um Plano de Zeladoria que assegure a manutenção contínua e a conservação dos prédios históricos e espaços culturais, contando com uma equipe técnica altamente capacitada para atuar nessas edificações, realizando intervenções e ações de conservação preventiva de forma adequada e eficiente.

3. Recuperação de edificações de valor cultural em risco

- Criar um programa para recuperar edificações culturais em ruínas ou abandonadas (memórias em risco), restaurando-as e transformando-as em espaços urbanos vivos, podendo ser utilizadas de diversas formas, preservando seu valor histórico e integrando-as à vida da cidade. Os usos podem

incluir, por exemplo, espaços culturais, comerciais, residenciais ou comunitários, conforme as necessidades locais.

4. Investimento na Recuperação de Patrimônios Culturais de Porto Alegre

- Investir na requalificação de importantes patrimônios e espaços públicos, como a Usina do Gasômetro, Museu do Trabalho, Viaduto Otávio Rocha, Brique da Redenção e Mercado Público, entre outros, reforçando a identidade cultural de Porto Alegre.

5. Proteção do patrimônio cultural do Quarto Distrito

- Desenvolver uma proposta para proteger e preservar o patrimônio cultural do Quarto Distrito, identificando antigas fábricas e estruturas históricas, promovendo sua história e atraindo interesse público e turístico.

6. Tombamento municipal do Dopinho

- Retomar o processo de tombamento municipal do Dopinho, o primeiro centro clandestino de detenção implementado pela Ditadura cívico-militar em 1964, reconhecendo sua importância enquanto espaço de memória. O tombamento desse local é um ato de resistência e fortalecimento da democracia, lembrando-nos da importância de proteger os direitos humanos e garantir que a memória da dor viva sirva como um alerta contínuo. É crucial também monitorar o processo de tombamento que já tramita junto ao IPHAN, garantindo que essa memória seja devidamente preservada e respeitada.

7. Modernização do Sistema de Proteção e Drenagem do Cais e Restauração dos Armazéns para Uso Cultural e Eventos

- Assegurar a participação e fiscalização social na implementação do sistema de proteção e drenagem da área do cais do porto, seja o sistema proposto pelo poder público ou pela iniciativa privada, como resultado de parcerias público-privadas.
- A recuperação e restauração urgente dos armazéns tombados do Cais Mauá, haja vista a falta de manutenção ocorrida especialmente na última década e, com isso, a possibilidade de utilização imediata dos espaços para eventos culturais, como os de entretenimento, de economia solidária, de economia criativa, de gastronomia, de educação, de artesanato, entre outros.

8. A Casa Elétrica

- Fundada em 1908 por Savério Leonetti, foi a segunda fábrica de discos da América Latina e a primeira do Brasil a gravar e fabricar discos de forma independente, marcando a história da fonografia no país. Sua recuperação é urgente, pois trata-se de um patrimônio cultural de Porto Alegre com importância local, nacional e internacional.
- A urgente recuperação da Casa Elétrica, com a desapropriação do terreno inteiro e restauração da casa, que já possui projeto elaborado pelo Município. Preservar a Casa Elétrica é fundamental para honrar esse marco na produção musical e garantir que sua memória histórica continue viva, tanto como gravadora/discoteca quanto para atender as demandas culturais da região.

ESPAÇOS PÚBLICOS E CONVIVÊNCIA

9. Valorização de Espaços Públicos e Espaços de Convivência Urbana.

- Valorizar parques, ruas e passeios públicos como áreas essenciais de convivência, priorizando a arborização, o escoamento adequado das águas pluviais e a proteção das bocas de lobo.
- Garantir que espaços como o parque da Redenção (Parque Farroupilha), Parque Marinha do Brasil, o Parque da Harmonia e Teatro Por do Sol permaneçam públicos.
- Evitar a pavimentação excessiva, que compromete o escoamento natural das águas e afeta o subsolo e o lençol freático. A preservação dos espaços públicos deve priorizar a permeabilidade do solo, fortalecendo a capacidade urbana de adaptação às mudanças climáticas e promovendo um ambiente mais saudável e sustentável para as futuras gerações.

10. Requalificação urbana e Preservação do Patrimônio Cultural.

- Efetivar a proteção às Áreas Especiais de Interesse Cultural (AEICs), aquelas que apresentam ocorrência de Patrimônio Cultural e estão previstas no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental, a fim de evitar a perda ou o desaparecimento das características que lhes conferem peculiaridade.
- Regulamentar anúncios em fachadas de edificações históricas localizadas em (AEIC's) para preservar a visibilidade e a integridade do patrimônio.
- Priorizar a conservação e restauração dessas construções, respeitando técnicas e materiais originais para manter a integridade das construções.

11. Valorização da Zona Rural e Sustentabilidade Urbana

- Especial atenção ao projeto de implementação de condomínio no bairro Belém Novo, na área denominada Ponta do Arado, que interfere diretamente no controle de alagamentos em Porto Alegre, por se tratar de uma região inundável e alagadiça que cumpre o fundamental papel ecossistêmico de ajudar a regular as cheias do Rio Guaíba e seus afluentes.
- Promover a integração urbano-rural, incentivando o turismo rural e a educação ambiental.
- Fortalecer iniciativas de hortas urbanas para aproximar a comunidade da sustentabilidade e fomentar a convivência com a natureza.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

12. Participação Popular e Representação nos Conselhos

- Assegurar a participação ativa da população no planejamento urbano e na preservação do patrimônio ambiental urbano, através da garantia da publicidade das sessões, transparência nas formas de indicação/escolha dos conselheiros, assim como revisar a composição dos conselhos (COMPAHC e CMDUA), para incluir entidades que promovam a preservação do patrimônio cultural e o desenvolvimento sustentável.

13. Proteção do Patrimônio Cultural nos Bairros.

- Elaborar uma listagem das edificações mais significativas dos bairros, conforme o Art. 196 da Lei Orgânica de Porto Alegre, para proteger o patrimônio cultural e preservar a identidade dos bairros. Revisar a Lei de Inventários para ampliar a proteção ao patrimônio edificado, considerando exemplos como o inventário do bairro Petrópolis.

14. Circuitos de Memória e Educação Patrimonial

- Desenvolver circuitos temáticos de memória pela cidade, demarcando locais históricos com placas informativas e integrando-os à programação cultural. Utilizar esses circuitos como ferramenta educativa e criar programas permanentes de formação para educadores e agentes culturais, incentivando a proteção e valorização de novos lugares de memória.

15. Programas de Educação Patrimonial

- Criar programas de educação patrimonial que contemplem as histórias, saberes e culturas locais, buscando parceria com a SMED, no sentido de desenvolver programas nas escolas municipais, com material didático e oficinas colaborativas, além de um programa especial voltado para as comunidades impactadas pelas enchentes, preservando suas memórias e identidades.

16. Proteção contra Cheias e Resgate de Memórias

- Implementar um programa para resgatar as memórias das comunidades afetadas pelas cheias, por meio de entrevistas, rodas de conversa e a preservação de documentos familiares dos atingidos.

17. Valorização das Perspectivas Plurais das Memórias Sociais

- Implementar políticas públicas que reconheçam as diferentes perspectivas das memórias sociais na cidade, destacando diversas visões que contribuem para políticas de patrimônio cultural e memória mais democráticas.
- Compreender a memória como um processo dinâmico e coletivo, que inclui novas perspectivas, indo além dos grupos já estabelecidos ou de bairros e coletividades previamente reconhecidos.
- Incluir novas narrativas na preservação do patrimônio cultural, garantindo que as políticas públicas considerem a diversidade e complexidade das memórias urbanas.

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL E PROFISSIONAL

18. Reestruturação da EPAHC e Recursos para Preservação Cultural

- Reestruturar a EPAHC ampliando a equipe técnica com profissionais concursados e aumentar os recursos orçamentários para viabilizar ações de preservação do patrimônio cultural.

19. Recuperação de Fundos e Incentivos para Preservação

- Recuperar o FUMPOA para facilitar empréstimos e ampliar incentivos fiscais para preservação de bens inventariados ou tombados.
- Reestruturar e garantir recursos para fundos culturais, como FUMPROARTE e FUMPAHC, fortalecendo a preservação do patrimônio cultural.

20. Valorização dos Profissionais do Patrimônio Cultural

- Ampliar o quadro de servidores municipais com profissionais especializados, como arquitetos, arqueólogos, arquivistas, bibliotecários, conservadores-restauradores, engenheiros, historiadores e museólogos, essenciais para a preservação do patrimônio cultural, atendendo à atual carência de profissionais qualificados.

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

21. Valorização das Comunidades Tradicionais e Diversidade Cultural

- Desenvolver políticas públicas que respeitem e valorizem os direitos, culturas e modos de vida das comunidades indígenas, quilombolas e outras coletividades tradicionais, assegurando seu reconhecimento como parte essencial da cidadania urbana.

22. Acessibilidade e Mobilidade Urbana

- Investir em acessibilidade para pessoas com deficiências, garantindo inclusão plena.
- Tornar a cidade mais legível para visitantes e imigrantes, facilitando a mobilidade e atraindo turismo e investimentos.
- Realizar estudos contínuos sobre mobilidade urbana para criar uma cidade mais eficiente e conectada.

FORTALECIMENTO DE MUSEUS, ARQUIVOS E CULTURA

23. Fortalecimento de Arquivos Municipais, Museus, Galerias de Arte e Espaços Culturais

- Criar um Sistema Municipal de Museus em Porto Alegre para articular e promover a cooperação entre os mais de 70 museus da cidade. Garantir investimentos que fortaleçam museus e galerias de arte, incentivando novas exposições e projetos de preservação da memória, além da recuperação de espaços culturais públicos para ampliar o acesso à cultura.
- Formular a política municipal de arquivos e exercer orientação normativa visando a gestão de documentos produzidos, recebidos e acumulados pela Administração Pública Municipal, e a proteção especial aos documentos de arquivo, qualquer que seja o suporte da informação ou sua natureza.

PROTEÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS MONUMENTOS

24. Combate ao Vandalismo nos Monumentos

- Desenvolver estratégias de prevenção ao vandalismo, envolvendo ativamente a comunidade local na preservação dos monumentos restaurados. O exemplo da restauração do monumento a Júlio de Castilhos, que contou com a participação dos frequentadores da Praça da Matriz, mostra como o envolvimento comunitário pode fortalecer o cuidado com os espaços públicos e servir como modelo para outras áreas.

Assinam esta carta, as seguintes entidades:

Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul – AARS

Associação Brasileira de Antropologia -ABA

Associação de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do RS - ACOR-RS

Comitê Brasileiro do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios – Núcleo Rio Grande do Sul - ICOMOS-BRASIL

Associação Nacional de História – Seção do RS - Anpuh / RS

Federação Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – Regional Sul – FeNEA

Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB RS

Sindicato dos Arquitetos no Rio Grande do Sul - SAERGS

Porto Alegre, 27 de setembro de 2024.